

O peixe morre pela boca: quem é a “família milicianiana”?

Everton Gimenis

28/09/2026

Há uma ironia difícil de ignorar na tentativa da campanha de Flávio Bolsonaro de retirar das redes sociais uma postagem do humorista Antônio Tabet. Ao comentar a polêmica sobre Nossa Senhora Aparecida, Tabet escreveu que “a família milicianiana” havia resolvido atacar a santa. Não citou Flávio Bolsonaro. Não citou Jair Bolsonaro. Não escreveu o sobrenome de ninguém. Ainda assim, a campanha do candidato à Presidência foi à Justiça Eleitoral alegando que a publicação o atingia. Quem fez a associação entre a expressão e a família Bolsonaro foi, primeiro, a própria campanha.



Recorrer à Justiça não equivale a confessar um crime. Mas a iniciativa revela o tamanho do incômodo político que essa associação provoca. A campanha pediu a retirada da postagem, e o ministro André Mendonça, do Tribunal Superior Eleitoral, concedeu a liminar. Posteriormente, o ministro Flávio Dino suspendeu a ordem. Para Dino, retirar o conteúdo exigiria presumir que a expressão “família milicianiana” se referia a Flávio Bolsonaro — justamente a ligação que a postagem não fazia de maneira explícita.

O episódio também expõe uma contradição conhecida. O bolsonarismo transformou a “liberdade de expressão” em bandeira permanente. Quando a expressão é usada para criticar seu candidato, porém, sua campanha recorre à Justiça para removê-la. Candidatos devem poder contestar informações falsas e se defender de ataques ilícitos. Isso não lhes dá o direito de impedir a circulação de crítica política apenas porque ela é dura, irônica ou inconveniente.

A discussão, contudo, não começou com a postagem de Tabet. Há anos, fatos relacionados à trajetória política dos Bolsonaro alimentam perguntas sobre suas relações com personagens ligados às milícias do Rio de Janeiro.

Quando era deputado estadual, Flávio Bolsonaro homenageou Adriano da Nóbrega, posteriormente apontado como chefe do chamado Escritório do Crime. A mãe e a ex-mulher de Adriano trabalharam em seu gabinete na Assembleia Legislativa fluminense. Ambas apareceram nas investigações sobre as suspeitas de “rachadinha”, esquema atribuído pelo Ministério Público à atuação de Fabrício Queiroz, ex-assessor de

Flávio.

Há ainda um fato que ficou marcado na memória do país: Ronnie Lessa, assassino confesso de Marielle Franco e Anderson Gomes, morava no mesmo condomínio de Jair Bolsonaro, o Vivendas da Barra, no Rio de Janeiro. Dividir um endereço não prova uma relação pessoal, muito menos envolvimento da família no assassinato. Mas é compreensível que a descoberta tenha provocado perguntas, sobretudo diante dos outros episódios envolvendo o entorno político de Flávio. Essas perguntas não se encerram pela simples tentativa de proibir uma expressão nas redes sociais.

Flávio apresentou suas explicações para a homenagem a Adriano e para a contratação de suas familiares. O dever de ouvir sua versão não apaga os fatos nem impede que o eleitor os examine. Quem disputa a Presidência da República deve prestar contas de sua trajetória pública, especialmente quando episódios antigos ganham novos desdobramentos.

O mais recente envolve Robson Calixto, conhecido como Peixe, condenado no caso do assassinato de Marielle Franco. Reportagens publicadas neste mês revelaram conversas nas quais uma assessora de Flávio Bolsonaro tratou com ele da liberação de emendas parlamentares. A Polícia Federal investiga suspeitas relacionadas ao destino dos recursos. A assessoria do senador afirma que os repasses seguiram a lei e critérios técnicos. São explicações que precisam ser confrontadas com os documentos e com o resultado da investigação, sem antecipar condenações e sem encerrar o debate público.

Marielle e Anderson foram assassinados em um crime que marcou o país. Por respeito à memória deles, qualquer informação sobre a circulação de dinheiro público e a atuação de pessoas condenadas nesse caso exige apuração rigorosa. Também exige que o candidato responda às perguntas de forma clara: quem indicou o beneficiário das emendas, quem acompanhou sua execução e que relação seu gabinete mantinha com o intermediário?

É nesse contexto que a reação ao texto de Tabet se torna politicamente reveladora. A campanha demonstrou mais empenho em retirar uma expressão das redes do que em dissipar, perante a sociedade, as dúvidas que cercam episódios documentados de sua história. Uma decisão judicial pode suspender uma postagem por algum tempo. Não pode apagar uma homenagem, nomeações em gabinete ou conversas sobre emendas que vieram a público.

Também é preciso olhar com atenção para a atuação da Justiça Eleitoral. Ministros indicados por Jair Bolsonaro, como André Mendonça e Kassio Nunes Marques, têm o mesmo dever de independência de todos os demais integrantes dos tribunais. A crítica à decisão de Mendonça tem um fundamento concreto: a ordem de retirada atingiu uma manifestação política cujo texto sequer identificava o candidato. A decisão posterior de Dino recolocou no centro do caso a exigência de motivação e proporcionalidade antes de restringir a liberdade de expressão.

A frase “o peixe morre pela boca” serve, aqui, para mais de um personagem. Ao tentar silenciar uma crítica que não mencionava seu nome, a campanha de Flávio Bolsonaro deu a ela uma repercussão ainda maior. E, ao fazer isso, mostrou qual debate teme enfrentar.

O eleitor não precisa aceitar rótulos como prova de culpa. Precisa, sim, ter acesso aos fatos, às investigações e às respostas de quem pede seu voto. Em uma democracia, a saída para perguntas incômodas é respondê-las. Censurar a pergunta só faz com que ela seja feita por mais gente.

Everton Gimenis é Cientista político, dirigente sindical e ex-vereador de Porto Alegre. Autor do Marco Municipal da Economia Solidária de Porto Alegre.

Compartilhe nas redes: